

A “questão social” e o social-liberalismo brasileiro: contribuição à crítica da noção do desenvolvimento econômico com equidade

The “social question” and brazilian social-liberalism: a contribution to the critique of the notion of economic development with equity

Rodrigo Castelo BRANCO*

Resumo: O objeto de estudo do artigo é o social-liberalismo brasileiro, suas teses acerca do desenvolvimento econômico com equidade e suas propostas políticas de resolução da “questão social”. A nossa hipótese de trabalho é que, na era neoliberal, determinadas correntes do pensamento social brasileiro entram em uma nova fase do longo processo daquilo que Lukács chamou de decadência ideológica do pensamento burguês. Além da apresentação das principais teses do social-liberalismo brasileiro, pretendemos, a partir do referencial teórico marxista e da categoria ideologia, trazer para o debate algumas críticas àquelas teses, demonstrando os limites do seu horizonte teórico e da sua perspectiva de classe.

Palavras-chave: Questão social. Desenvolvimento econômico. Ideologia.

Abstract: The article’s object is Brazilian social-liberalism thesis on economic development including equity and its policy proposals regarding the “social question”. Our work hypothesis is that within the neoliberal era some thought approaches on Brazilian social liberalism enrolled in a new period that relates to Lukács concept of ideological decadence of the bourgeois thought. Besides the presentation of the main thesis of Brazilian social liberalism, we intend to put in light the debate and some critics of those approaches using the Marxist theoretical framework. We also intend to underline the theoretical limits of Brazilian social-liberalism and the boundaries of its class perspective.

Keywords: Social question. Economic development. Ideology.

Recebido em: 07/04/2008. Aceito em: 19/04/2008.

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ, pesquisador do Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile (LEMA) e professor do Centro Universitário de Volta Redonda (UniFOA). Email para contato: rodrigo.castelo@gmail.com. O autor agradece os valiosos comentários feitos por Frederico Valente, Maria Malta e Ranieri de Carli, eximindo-os de qualquer responsabilidade sobre a presente versão.

Introdução

Em pleno século XXI, a despeito do brutal desenvolvimento das forças produtivas e do subsequente aumento da capacidade do trabalho em gerar riquezas, nos deparamos com a expansão global das desigualdades sociais. O pauperismo alcança níveis tão elevados que exige, por parte das classes dominantes, representações teóricas e ações políticas para o seu combate, pois a pobreza absoluta de bilhões de seres humanos pode transformar-se em fator de desordem e desestabilização da dominação capitalista global. Da década de 1990 em diante, os principais agentes das finanças mundializadas desenvolveram uma espécie de “consciência humanitária” e passaram a defender uma “globalização com face humana”. Assim, nos deparamos com uma infinidade de estudos e análises sobre a “questão social”, todos eles patrocinados por agências multilaterais de desenvolvimento, fundações privadas, igrejas, ONGs, etc.

Na presente exposição temos como objeto de estudo as teorias burguesas contemporâneas acerca da “questão social”. Iremos analisar tais teorias nas suas versões brasileiras que, vale destacar, pouco diferem daquelas formuladas nas agências multilaterais de desenvolvimento, centros universitários e *think-tanks* internacionais, embora não se deva negligenciar as suas especificidades nacionais.

É no cenário da ofensiva mundial do pensamento conservador que os ideólogos nacionais do social-liberalismo constroem uma agenda política e teórica acerca da “questão social” brasileira. Diante das trajetórias desses representantes teóricos, pode-se deduzir a sua clara intenção de intervir diretamente na definição dos marcos conceituais do debate sobre “questão social” e, principalmente, das formas público-privadas de intervenção na pobreza e nas desigualdades sociais do país. Suas idéias e opiniões buscam, acima de tudo, constituir-se como um sistema ideal efetivamente prático nos embates políticos da sociedade brasileira, servindo como consciência teórica de determinados grupos e classes sociais.

A nossa hipótese de trabalho é que, na era neoliberal, o pensamento social brasileiro, com destaque para suas correntes econômicas, entra em uma nova fase do longo processo daquilo

que Lukács chamou de decadência ideológica do pensamento burguês. A crítica às teses dos social-liberais sobre o desenvolvimento econômico com equidade, portanto, será aqui referenciada nas teorias marxistas sobre ideologia – na crítica de Marx à economia política e na argumentação de Lukács a respeito da decadência ideológica do pensamento burguês –, pois ambos os filósofos demonstram, cada um a seu modo, os limites da consciência burguesa na análise da dinâmica da acumulação capitalista e dos seus efeitos sociais.

O nosso objetivo central é apresentar as principais teses do social-liberalismo a respeito do desenvolvimento econômico com equidade e suas propostas de políticas sociais para resolução da “questão social”. Além desta apresentação, pretendemos, a partir do nosso referencial teórico, trazer para o debate algumas contribuições críticas àquelas teses, demonstrando os limites do seu horizonte teórico e da sua perspectiva de classe.

1 A decadência ideológica do pensamento burguês

No posfácio da 2ª edição alemã de *O Capital*, Karl Marx nos brinda com algumas breves passagens sobre a história do pensamento econômico. Segundo o revolucionário alemão, a economia política clássica manteve um determinado padrão de objetividade e honestidade científicas até o ano de 1848. Smith e Ricardo trabalharam sob hipóteses da teoria do valor-trabalho, instrumental teórico que lhes permitia demonstrar, com certo grau de riqueza e complexidade, os interesses antagônicos das classes sociais na apropriação do excedente econômico e suas conseqüências sócio-econômicas, inclusive o pauperismo.

Após os levantes revolucionários da Primavera dos Povos (1848), o pensamento econômico burguês, diante do acirramento das lutas de classes e da possibilidade efetiva de subversão da ordem capitalista, foi obrigado a abandonar o caráter científico das suas proposições analíticas e a se refugiar naquilo que Marx chamou de economia vulgar, uma simples vulgata apologética que mascarava os reais interesses da burguesia na defesa da ordem recém conquistada.

Décadas mais tarde, Georg Lukács recolhe

passagens dispersas das obras de Marx (e Engels) acerca das suas reflexões sobre economia, história e literatura e formula uma tese da decadência ideológica do pensamento burguês ao longo do século XX, tendo como pano de fundo o fascismo europeu e o stalinismo. Lukács ([1938] 1968) afirma que, com os eventos da Primavera dos Povos e da Comuna de Paris (1871), os intelectuais orgânicos das classes dominantes abandonaram a perspectiva de totalidade em detrimento de uma fragmentação do saber, enfatizando-se os elementos singulares e particulares da realidade. No campo da economia, por exemplo, deixaram de lado os estudos sobre a produção e dedicaram-se aos estudos sobre a circulação.

A decadência ideológica do pensamento burguês tem outras características que não somente a análise superficial da base econômica e a fragmentação da teoria social em ciências sociais particulares, como sociologia, economia, ciência política etc. Segundo Lukács, os cientistas sociais burgueses fazem a defesa de um conhecimento puro, ascético, hipoteticamente livre dos seus condicionamentos políticos, além de atacarem com vigor a filosofia materialista e a dialética. Mas, principalmente, deixam de revelar as contradições históricas emanadas do processo de desenvolvimento do capitalismo e sua dinâmica inerentemente errática e instável, evadindo-se, desta forma, de analisar os elementos constitutivos da realidade, como a própria luta de classes e a exploração capitalista.

É a partir deste referencial teórico que iremos analisar (e criticar) as teorias do social-liberalismo sobre o desenvolvimento econômico com equidade.

2 O social-liberalismo brasileiro e o desenvolvimento econômico com equidade

O neoliberalismo emergiu como um projeto hegemônico das classes dominantes, conduzido pela sua fração rentista, através de governos conservadores (Thatcher, na Inglaterra, e Reagan, nos EUA). Tempos depois, governos social-democratas europeus e até mesmos partidos comunistas do Leste Europeu encarregaram-se de adotar medidas preconizadas pelos receituários neoliberais.

Assim, o neoliberalismo fortaleceu-se quando deixou de ser uma referência ideológica para um grupo restrito de intelectuais – a sociedade de *Mont Pelèrin* – e ganhou uma base material nas políticas de governos do mundo ocidental. Neste momento, tornou-se a consciência hegemônica das classes dominantes.

A doutrina neoliberal, contudo, não tomou o rumo idealizado por seus luminares. Nesta sua primeira fase – aqui intitulada de *receituário-ideal* –, os principais aparelhos ideológicos e políticos neoliberais, dentre eles, o BIRD, o FMI e a OMC, defendiam o controle dos gastos públicos, o arrocho salarial, as aberturas comercial e financeira, o desmonte do *Welfare State*, um amplo processo de privatização e o combate às organizações operárias. O rigor e a severidade com os quais estes planos de estabilização macroeconômica foram implementados não foram suficientes para garantir os resultados esperados: as contas públicas continuaram deficitárias, as atividades econômicas não foram retomadas, a inflação não foi controlada e os índices de pobreza e desigualdade se deterioraram.

Lentamente, começou-se a perceber que o receituário neoliberal precisava de uma nova direção estratégica. Na trilha dos planos de renegociação das dívidas externas, o FMI e o BIRD propuseram medidas corretivas de promoção de reformas estruturais. A partir desta correção de rumo, os projetos neoliberais de reforma do Estado ganharam uma nova configuração: se antes das medidas corretivas defendia-se, no plano ideológico, o Estado mínimo, o Estado, agora, teria uma função reguladora das atividades econômicas e operacionalizaria, em parceria com o setor privado, políticas sociais emergenciais, focalizadas e assistencialistas.

Na segunda fase do neoliberalismo – intitulada de *social-liberalismo* –, percebe-se que, desde meados da década de 1990, a ideologia dominante passou a admitir uma intervenção mais ativa do Estado na chamada “questão social”¹. Os

¹ O Estado, segundo a lógica neoliberal contemporânea, não deixa de ter uma participação ativa no modo de produção capitalista: o que ocorre é uma modificação nas suas funções, ou melhor, uma redefinição dos seus mecanismos ampliados de manutenção e legitimação da ordem capitalista, seja pela via do consenso, seja pela via da coerção, conservando a sua natureza classista.

ideólogos neoliberais foram subitamente tomados de assalto por certo tipo de humanismo, dotando os seus planos de ajuste macroeconômico de condicionamentos sociais. Têm-se, assim, uma inflexão do pensamento hegemônico em relação ao debate sobre mercado e bem-estar social, na qual uma epistemologia de direita – maximização e otimização dos recursos, escassez relativa, capital humano – é envernizada por uma ética de esquerda, com palavras de ordem como justiça social, solidariedade, filantropia e voluntariado. É neste momento que surgem as teses da chamada *terceira via*, um sincretismo entre o mercado e o Estado capaz de promover o bem-estar social. Daí a fórmula do desenvolvimento econômico – baseado no dinamismo do mercado – com a promoção da equidade social – propiciado pela ação conjunta do Estado com o terceiro setor.

O social-liberalismo surge no cenário internacional em um quadrante histórico determinado pela consolidação da mundialização financeira, das lutas de classes anti-sistêmicas dos movimentos sociais e do aumento das desigualdades sociais entre classes, países e regiões do planeta. Em meados da década de 1980, particularmente no decênio seguinte, começaram a surgir os efeitos sociais mais deletérios dos ajustes macroeconômicos neoliberais, promovendo o acirramento da “questão social” e das suas múltiplas expressões. Tais efeitos foram sentidos não só na periferia, mas também no centro do mercado mundial, o que levou certos autores a falarem na globalização da “questão social” (IAMAMOTO, 2003, p.71).

A recepção e produção da ideologia do social-liberalismo aqui no Brasil também estão circunscritas a um quadro social específico, intimamente ligado às determinações externas do mercado mundial, mas que deve ser analisado sob as mediações das nossas vicissitudes históricas. Nos anos 1980, enquanto a ofensiva capitalista mundial ganhava corpo e avançava em todas as direções, o Brasil parecia escovar a história a contrapelo. Após o fim da ditadura civil-militar, as forças políticas progressistas do país mobilizaram inúmeros militantes na luta pela hegemonia dos processos de transformação social necessários a uma nação que acabara de sair de um regime ditatorial e precisava democratizar suas distintas relações sociais.

A intensa mobilização dos ‘de baixo’, a princípio, parecia sinalizar que o leme da nave Brasil estava sob o controle das suas organizações de massa e o país seria refundado segundo os princípios de uma democracia efetivamente republicana e participativa. Vitórias políticas e avanços sociais, alguns deles significativos do ponto de vista das classes subalternas, ficaram registrados nos capítulos da ordem social e alguns outros itens da Constituição do Brasil de 1988, que ficou conhecida como a “Constituição Cidadã”.

A crise da dívida externa, que trouxe a estagnação ao longo da década de 1980, o acirramento das lutas de classes, a organização coletiva das classes trabalhadoras e a possibilidade concreta da vitória da candidatura presidencial do Partido dos Trabalhadores – à época vista sob o rótulo do socialismo –, fez com que as classes dominantes internas rearticulassem suas alianças e comesçassem uma contra-revolução burguesa, muito a moda do neoliberalismo.

A vitória de Collor representou o primeiro passo dessa contra-ofensiva. Mas este passo foi insuficiente diante da crise política instaurada pelos escândalos de corrupção do seu governo. Foram necessários mais alguns anos até que um bloco de poder, formado por forças políticas favoráveis às classes dominantes, chegasse ao Palácio Central e implementasse, de fato, o projeto neoliberal tupiniquim.

Operado por uma composição heterogênea de social-democratas, intelectuais e executivos ligados ao setor rentista e oligarcas do setor agrário, o bloco de poder PSDB-PFL, após a vitória presidencial de 1994, promoveu a efetiva inserção do Brasil na nova divisão internacional do trabalho, adequando o país aos novos padrões globais da acumulação capitalista. Para isto foi necessário realizar uma reestruturação produtiva no parque industrial e uma reforma administrativa dos aparelhos estatais, além de combater as organizações políticas e sociais dos trabalhadores com repressão e de cooptação de suas principais lideranças.

O neoliberalismo, desta forma, representou a derrota do movimento operário brasileiro, reconstruído na década de 1980, o aborto de um Estado de bem-estar social nacional e, acima de tudo, a

vitória da burguesia liderada por sua fração rentista internacionalizada. A esta vitória seguiu-se uma verdadeira ofensiva ideológica dos conservadores. Em uma estratégia formulada e conduzida por diversos centros universitários (na sua maior parte privados e de cariz eclesiástico) e pela grande mídia, o social-liberalismo chegou ao Brasil² para reafirmar e reatualizar o triunfo das classes dominantes. Como afirma Michael Löwy (2003, p.105),

(...) uma vez no poder, a burguesia se torna conservadora e sente a necessidade, ou melhor, ela exige uma apologética vulgar em defesa de suas novas posições conquistadas, face ao perigo que representa o avanço do movimento operário e do socialismo.

Diante deste quadro histórico, soaram os dores fúnebres da economia heterodoxa brasileira, em especial suas correntes desenvolvimentistas. A ciência econômica toma um novo rumo, trilhado nas suas vertentes neoclássicas. Inicia-se um período de decadência ideológica do pensamento econômico nacional, tal qual ocorreu – guardadas as devidas proporções históricas – com a economia política clássica em 1848.

2.1 O social-liberalismo tupiniquim

Iremos ver, na seção III, os detalhes da decadência ideológica da teoria econômica nacional. Antes disto, porém, devemos descrever os seus principais representantes, as instituições de pesquisa, ensino e divulgação as quais estão atrelados e, principalmente, suas teses centrais.

Os principais nomes³ vinculados à tradição

² Não há um consenso entre os especialistas acerca da data de desembarque do social-liberalismo no Brasil. Ruy Braga e Álvaro Bianchi (2003) afirmam que tal ideologia chega aos trópicos com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva (PT) em 2002. José Luis Fiori (1995, p.239-243), em contraposição, observa que a social-democracia de Felipe Gonzalez, que se auto-intitulava um social-liberal, funcionou como um modelo de atuação prática para Fernando Henrique Cardoso, sendo uma espécie de pólo magnético da sua bússola política. Segundo esta linha de raciocínio, na qual nos inscrevemos, o social-liberalismo teria chegado ao Brasil durante o governo FHC. Esta tese, cabe ressaltar, não desconsidera a força legitimadora que Lula e as lideranças do PT injetaram no neoliberalismo latino-americano com sua adesão às teses e programas políticos do social-liberalismo.

³ No presente trabalho, iremos colocar em tela 6 nomes do social-liberalismo brasileiros, todos eles citados ao longo do texto: André Urani, Francisco Ferreira, Marcelo Neri, Ricardo Henriques, Ricardo

do social-liberalismo são, na sua grande maioria, profissionais com graduação em escolas nacionais de economia (PUC-Rio, UERJ, UFRJ). Os seus estudos de pós-graduação são quase todos concentrados também em departamentos de economia, sendo a PUC-Rio uma das instituições de maior procura no nível de mestrado. Já no nível de doutorado, boa parte dos ideólogos aqui analisados estudaram fora do país, com destaque para as *Top 5* estadunidenses.

Concluídos seus estudos acadêmicos formais, a maioria tornou-se professor de instituições públicas (UFF e UFRJ) e privadas (PUC-Rio, FGV-Rio) e/ou pesquisadores de centros de excelência do Estado (IPEA, CPS/FGV-Rio) e de organismos internacionais (BIRD). Vale destacar que o IETS⁴, um dos mais destacados *think-tanks* do social-liberalismo nacional, funciona como um pólo aglutinador desses ideólogos, pois todos eles participam das suas atividades, seja como pesquisadores, seja como membros do seu Conselho de Administração.

Suas trajetórias acadêmicas e profissionais, marcadas por prêmios e distinções universitárias e pela ocupação de altos postos do Estado brasileiro nos âmbitos federal e municipal⁵, os credenciam como importantes interlocutores do debate a respeito da natureza da "questão social" e do en-

Paes de Barros e Rosane Mendonça.

⁴ Segundo informações retiradas do seu site oficial, o Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS) "é uma instituição privada, sem fins lucrativos, voltada para a produção e a disseminação de conhecimento na área social. Sua missão é fazer a ponte entre a pesquisa acadêmica e as políticas públicas implementadas pelos diferentes setores da sociedade, como governo, setor privado e organizações não-governamentais, para a melhoria da qualidade de vida da população". Seus projetos são financiados por diversas instituições públicas e privadas, das quais destacamos: Banco Itaú, Banco Mundial, Fundação Ford, Fundação Konrad Adenauer, Instituto Fernando Henrique Cardoso, Instituto Unibanco e TIM.

⁵ Para citarmos alguns exemplos: (1) André Urani foi secretário Municipal do Trabalho da Cidade do Rio de Janeiro na gestão César Maia (1997-2000); (2) Marcelo Neri é chefe do Centro de Políticas Sociais (CPS) vinculado ao IBRE/FGV; (3) Ricardo Paes de Barros foi diretor da área de políticas sociais do IPEA; (4) Rosane Mendonça foi diretora do Departamento de Acompanhamento e Monitoramento dos Programas Sociais do Ministério da Assistência Social; (5) Ricardo Henriques foi recentemente o dirigente máximo da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do MEC. Fernando Ferreira, o único a residir atualmente no exterior, é economista sênior do departamento de pesquisa do BIRD, nas áreas ligadas à economia do bem-estar social e desenvolvimento econômico.

frentamento às suas expressões. Suas idéias têm conquistado, com o apoio decisivo dos grandes monopólios de comunicação, espaço nos principais fóruns nacionais do debate sobre a “questão social”, conferindo-lhes ainda mais legitimidade e credibilidade frente à chamada opinião pública. Tudo isto dentro de uma estratégia maior de transformar o seu sistema de idéias em uma efetiva potência prática (CARLI, 2007, p.41), isto é, em uma ideologia capaz de orientar os caminhos da política social e mesmo definir o norte do desenvolvimento econômico brasileiro.

Suas principais teses são descritas logo a seguir, subdivididas em três tópicos: a) o pauperismo brasileiro; b) as causas do pauperismo e; c) as soluções para o pauperismo

a) O pauperismo brasileiro

Ricardo Paes de Barros, Ricardo Henriques e Rosane Mendonça (BARROS *et al.*, 2001) trazem um relato empírico e descritivo da desigualdade e da pobreza no Brasil, no período de 1977 a 1999, utilizando-se primordialmente da base de dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs). A hipótese central dos autores reside em afirmar que “o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres”. A segunda hipótese de trabalho, intimamente relacionada à primeira, é que a causa principal da pobreza de milhões de brasileiros encontra-se numa perversa desigualdade na distribuição dos recursos nacionais e das oportunidades de inclusão social. Segundo Barros *et al.*, a origem da pobreza não está na escassez absoluta de recursos, mas sim na péssima distribuição de renda entre as famílias brasileiras.

De acordo com os números agregados da riqueza nacional, o Brasil é elencado entre os 10 países mais ricos do mundo. Em tempos passados, já foi o oitavo. A grande contradição está na riqueza do país e na pobreza de imensas camadas da população: cerca de 90 milhões de brasileiros, o que equivale a 34% da população em situação de pobreza e 15% em situação de extrema pobreza (BARROS e CARVALHO, 2003, p.2). Esta contradição, apesar de retratar um quadro de tragédia social, traz em si, conforme a análise dos autores, uma ponta de esperança para todos aqueles que lutam pela justiça social e o bem-estar popular. O Brasil teria a sua disposição “farta disponibilidade

de recursos para combater a pobreza” (BARROS *et al.*, 2003, p.23). Segundo seus cálculos, precisaríamos de recursos financeiros da ordem anual de R\$ 6 bilhões (2% da renda das famílias) para erradicar a indigência e de R\$ 33 bilhões para eliminar a pobreza no Brasil. Embasados nestes números, Barros *et al.* defendem a factualidade e plausibilidade de um novo pacto social que promoveria o fim da pobreza e da indigência no país, tendo em vista os supostos meios fartos dos quais dispomos para tal missão.

A desigualdade social no Brasil não sofreu grandes alterações de patamar nos últimos trinta anos, horizonte temporal de análise dos autores; o que mudou foi uma pequena redução do patamar de pobreza no pós-Plano Real (1994), que passou de 40% para 34%. Isto leva os ideólogos do social-liberalismo a afirmar que o Brasil sofre de uma “estabilidade inaceitável” da desigualdade: entra e sai governo, cai a ditadura militar, entra o regime democrático, e o *status quo* da desigualdade permanece inalterado. Todas as medidas – coeficiente de *Gini*, índice de *Theil*, a razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a renda média dos 40% mais pobres e a razão entre a renda média dos 20% mais ricos e a renda média dos 20% mais pobres – confirmam o diagnóstico da “estabilidade inaceitável” das desigualdades sociais.

b) As causas do pauperismo

Segundo Francisco Ferreira, as causas da desigual distribuição de renda entre membros de um país são resultados de cinco grupos de fatores, uns de ordem social, outros de ordem natural-genética: (1) as diferenças nas características natas dos indivíduos (raça, gênero, inteligência e/ou riqueza inicial); (2) diferenças nas características adquiridas dos indivíduos, como por exemplo, a educação e a experiência profissional; (3) mecanismos do mercado de trabalho (discriminação, segmentação e projeção); (4) imperfeições nos mercados de capitais e; (5) fatores demográficos (fertilidade da população).

De acordo com sua teoria, o primeiro grupo de fatores – acima identificado como as características natas dos indivíduos – constitui-se como a pedra angular da distribuição de renda entre cidadãos de um mesmo país. Fatores de ordem natural, assim, são relacionados como prioritários

no entendimento teórico da alocação da riqueza produzida nacionalmente. De posse de suas aptidões inerentes, cada indivíduo passa então a interagir com as instituições educacionais, na busca de uma melhor capacitação para, como dizem Paes de Barros e Mendonça, a “preparação para a corrida” do mercado de trabalho. O terceiro momento é a inserção do indivíduo no mercado de trabalho e sua conseqüente remuneração. Quanto mais apto e melhor qualificado for o indivíduo, diz Ferreira, melhor será a sua remuneração vis-à-vis outros indivíduos menos capazes, menos esforçados e mais desqualificados. Por último, o indivíduo formará o que o autor chama de “clubes de consumo” (os domicílios), no qual a renda poderá aumentar ou diminuir de acordo com suas escolhas matrimoniais e a quantidade de filhos do casal.

Ferreira acredita que o seu modelo teórico supera a dicotomia no qual o debate brasileiro sobre desigualdade social opera desde os anos 1970, período marcado por francas polarizações entre as explicações de Fishlow e Langoni⁶, e que agora, passado mais de trinta anos, podemos retornar a um debate menos ideologizado e mais científico. O modelo teórico é uma espécie de síntese que busca em múltiplos fatores – dentre eles características inerentes do indivíduo, a educação e a luta política – as causas fundamentais da desigualdade de renda no Brasil. Há, entretanto, uma hierarquia entre aqueles fatores. Não se deve atribuir o mesmo peso explicativo a todos eles. Ferreira (2001, p.141) cita o nível de escolaridade de um chefe de família como o principal fator explicativo da desigualdade social entre os indivíduos.

Chegaria, assim, o momento dos economistas deslocarem o foco das suas agendas de pesquisa sobre o mercado de trabalho para o fun-

cionamento das instituições educacionais. É no nível formal de educação de cada indivíduo, na sua capacidade de competição no mercado de trabalho que devemos buscar as causas primárias e fundamentais do pauperismo, e não nas relações estabelecidas entre as classes sociais (FERREIRA, 2001, p.144).

c) As soluções para a pobreza

As estratégias de combate à pobreza no Brasil, sugerem os social-liberais, deveriam sofrer alterações. Historicamente, privilegamos o crescimento econômico *per se* e o aumento real do salário mínimo e dos benefícios previdenciários como meio de combate à pobreza. Após realizar simulações econométricas e comparar a situação social (renda *per capita* e grau de pobreza) do Brasil com outros países, da renda *per capita* nacional com a linha de pobreza e analisar o padrão de consumo das famílias, tais ideólogos concluem que a redução dos níveis de pobreza no país reagiria melhor e mais rápido às políticas sociais compensatórias (transferência direta de renda aos mais necessitados) e estruturais (democratização dos ativos ‘educação’, terra e crédito).

A principal medida de combate à pobreza no Brasil não passa pelo crescimento da economia e da geração de riqueza, mas pela melhor distribuição na renda nacional (NERI, 2005, p.321). Esta seria conseguida, em larga medida, por meio da alocação eficiente dos recursos escassos já disponíveis. O principal mecanismo operacional desta alocação eficiente seriam as políticas sociais compensatórias, operadas tanto pelo Estado quanto pelo terceiro setor, com o papel central reservado para este último (IETS, 2001, p.31). Os autores argumentam, entretanto, que uma combinação entre políticas sociais e de crescimento econômico trará um resultado mais eficaz e imediato: em suma, a conjugação de crescimento com a promoção do desenvolvimento social, via equidade, é o melhor remédio para os males do pauperismo.

Nas teses dos social-liberais, o nó cego reside na ineficiência das políticas sociais. Esta ineficácia ficaria patente quando se constata que o volume de recursos públicos direcionados aos programas sociais não garante a mudança no padrão estrutural da desigualdade social. Eles, então, propõem medidas de cunho administrativo para aumentar

⁶ Na década de 1970, surgiram dois textos seminais na bibliografia sobre desenvolvimento econômico e distribuição de renda. De um lado, Albert Fishlow, economista estadunidense especializado na economia brasileira, escreveu um artigo em 1972 no qual defendia que os principais determinantes das desigualdades sociais deveriam ser procurados no funcionamento dos mercados de trabalho, que sofrem influência direta do processo de lutas de classes entre proprietários e trabalhadores. Do ponto de vista de uma outra matriz teórico-política, Carlos Langoni publicou em 1973 trabalho de maior fôlego sobre o mesmo tema. No livro *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil*, Langoni advogou a tese que as causas fundantes da nossa desigualdade estavam enraizadas tanto na péssima distribuição do ativo ‘educação’ quanto no retorno proporcionado aos distintos detentores deste ativo.

a efetividade⁷ das políticas sociais: (1) focalização dos gastos sociais nos “mais pobres dos pobres”; (2) avaliação do impacto das políticas sociais e (3) integração e coordenação dos programas sociais em todos os níveis governamentais – federal, estadual e municipal – e do setor privado. Vejamos cada uma das medidas propostas para aumentar a efetividade das políticas sociais.

Primeiro, apesar da suposta generosidade dos orçamentos públicos, conjugados com a beneficência privada, os gastos sociais brasileiros não atingem aqueles que mais necessitam desta ajuda. A solução proposta é a focalização dos gastos nos segmentos mais pobres da população. Para colocar em prática esta focalização, as medidas seriam a melhor distribuição dos recursos federais de acordo com as carências dos estados da federação, o remanejamento das verbas entre os programas, a abolição ou mudança do viés intergeracional na política social e, por último, a criação de um cadastro único da “clientela”.

Em segundo lugar, eles alertam para o fato do Brasil não ter um sistema de avaliação dos impactos das políticas sociais. O objetivo da criação de mecanismos técnicos de avaliação visa concentrar os recursos nos programas mais efetivos e propiciar a tais programas uma maior flexibilidade no atendimento das necessidades dos beneficiários e das localidades assistidas. Por último, as políticas sociais atuam de forma desintegrada, sem coordenação entre os três níveis da administração pública e o setor privado, causando a superposição, ineficiência e má distribuição dos recursos.

Para superar os problemas diagnosticados acima, os social-liberais definem três grandes desafios para a nossa sociedade: (1) flexibilidade nas ações de combate à pobreza e miséria, adaptando-se às necessidades locais dos municípios e especificidades das regiões; (2) aumentar o grau de cooperação e envolvimento das comunidades carentes nos programas sociais; (3) elencar a prioridade dos gastos nas camadas mais pobres da

sociedade. Desafios menores seriam a unificação e a simplificação da enorme gama de programas sociais existentes, o que já foi de certa maneira garantido com o novo formato do programa Bolsa Família⁸.

O foco dos social-liberais no que diz respeito ao combate à pobreza e às desigualdades sociais não fica somente restrito ao debate sobre as políticas sociais compensatórias. A estrutura social que reproduz incessantemente a péssima distribuição de renda entre nossos cidadãos é alicerçada, conforme a lógica do social-liberalismo, na distribuição desigual do ativo ‘educação’. Se quisermos políticas de combate à exclusão social, dizem os social-liberais, deveríamos lutar por um sistema educacional mais eficiente do ponto de vista da melhor formação profissional para o mercado de trabalho, capacitando os trabalhadores para as demandas tecnológicas e organizacionais decorrentes da nova revolução tecnológica. O fim da persistência da desigualdade passa pela “luta de classes”, conforme escreve Ferreira (2001, p.144), mas não entre capitalistas e trabalhadores, e sim pela constituição de um novo sistema educacional, com prioridade de financiamento público para a educação primária e secundária em detrimento do ensino superior estatal.

Barros *et. al.* (2000, p.408) realizaram, a partir de simulações matemáticas, um estudo acerca das causas da desigualdade salarial. Os resultados apontam para um peso de 11% para fatores gerados pelo mercado de trabalho, como a discriminação racial e a de gênero. Já as desigualdades reveladas pelo mercado de trabalho, isto é, que já existiam antes da inserção do trabalhador no setor produtivo, os autores identificam um peso de 48%, sendo que a heterogeneidade educacional responde por 39,5%, sendo o fator de maior peso na decomposição da desigualdade salarial brasileira.

A vista disto, é dever fundamental do Estado proporcionar às crianças e aos adolescentes uma educação básica de qualidade, comprometida com a formação e o investimento do capital humano nacional. Cada um dos nossos jovens cidadãos

⁷ Os critérios de eficiência de uma política social são definidos pelos social-liberais de acordo com os seguintes parâmetros: (1) expansão da capacidade produtiva do beneficiário; (2) expansão do grau de utilização dessa capacidade, ou seja, dada a oportunidade, o beneficiário tem que se esforçar ao máximo para garantir o seu ingresso de renda; (3) satisfação das necessidades elementares para um ser humano.

⁸ Segundo informações da página eletrônica do Ministério do Desenvolvimento Social, o Bolsa Família unifica em torno de si antigos programas sociais de âmbito federal, como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação.

deve ter igualdade de oportunidades na busca por uma melhor inserção no mercado do trabalho, e a educação, apontam os social-liberais, é o melhor caminho para a promoção da equidade social.

Deste ponto de vista, a educação é entendida como um ativo do *portfólio* de investimento de um determinado indivíduo, equiparado a uma ação de empresa, a um meio de produção ou qualquer ativo que gere renda para seu proprietário. O Estado brasileiro deve, a todo custo, investir na formação do chamado capital humano, pois os retornos sociais são altos se comparados com outras políticas sociais⁹. Enquanto o Estado deve fornecer uma educação de qualidade para todos os brasileiros, em particular aos que não podem pagar por este serviço, os indivíduos pobres devem investir seus melhores esforços nos estudos escolares, que no futuro podem lhes gerar rendimentos monetários. Forma-se, então, uma espécie de simbiose virtuosa da responsabilidade cívica do Estado com o comprometimento moral do indivíduo¹⁰.

Às políticas educacionais, consideradas de caráter estrutural, agregariam-se outras políticas públicas de combate ao pauperismo. Apesar da posse do ativo ‘educação’ gerar a possibilidade de uma inserção no mercado de trabalho, não há garantias reais da efetivação desta inserção, o que por sua vez não gerará renda para o seu proprietário. Nem sempre o indivíduo consegue aproveitar as oportunidades do mercado; ou melhor, nem sempre o mercado oferece tais oportunidades, pois restrições do mercado de crédito na oferta de dinheiro podem interferir no nível de investimento nas atividades produtivas, o que aumentaria o desemprego e, portanto, aqueles indivíduos formalmente qualificados não ingressa-

riam no mercado de trabalho. Daí a necessidade do Estado atuar nas falhas do mercado de crédito, corrigindo-as com a oferta de dinheiro barato e acessível para microempresários e empreendedores liberais, inclusive do mercado informal.

O patrocínio da igualdade de oportunidades, via a educação, e a expansão do microcrédito no Brasil são formas de intervenção do Estado na “questão social” vislumbrada pelo social-liberalismo, pois, segundo sua lógica, tal intervenção não atenta contra a liberdade individual dos cidadãos e os mecanismos básicos de regulação mercantil, nem muito menos estimula a preguiça da classe trabalhadora, uma preocupação que assola as elites desde os escritos do reverendo Malthus.

Esta é, em linhas gerais, a ideologia social-liberal para a intervenção estatal na “questão social”. A seguir, passamos à conclusão do texto que pretende trazer uma contribuição à crítica das teses do social-liberalismo sobre o desenvolvimento econômico com equidade.

3 À guisa de conclusão: uma contribuição à crítica das teses social-liberais do desenvolvimento econômico com equidade

3.1 O Consenso Social-liberal e a mistificação das causas do pauperismo

Desde o período colonial até a era neoliberal, a “questão social” brasileira, do ponto de vista da nossa péssima distribuição de renda, permaneceu formalmente inalterada. Alguns estudos apontam, inclusive, que ela chegou mesmo a se deteriorar. Já o estado da arte mudou bastante¹¹. A ortodoxia econômica nacional ganhou destaque e relevo nas explicações das causas do pauperismo, gerando um consenso ideológi-

⁹ “Os que estudam o problema apontam a educação como o principal determinante isolado da nossa alta desigualdade de renda. Diferenças educacionais explicam cerca de 40% dos diferenciais de renda entre brasileiros. A taxa de retorno da educação no Brasil é de 16% ao ano. Ou seja, o rendimento futuro do estudante deverá subir, em média, 16% para cada ano adicional completado. É difícil pensar em ativo com maior retorno do que a educação” (NERI, 2005, p.323).

¹⁰ Os pobres devem ter um envolvimento maior, esforçando-se ética e moralmente quando as oportunidades aparecerem. Nas palavras de Barros e Carvalho (2003, p.14), “para que a pobreza seja realmente erradicada, é necessário que os pobres explorem as oportunidades disponíveis, no que precisam empenhar muito esforço. Em suma, a rota de saída da pobreza se baseia, necessariamente, no binômio oportunidade-esforço”.

¹¹ Por volta da década de 1970, o IBGE começou a produzir de forma mais sistemática e confiável séries e dados estatísticos mais recentes acerca da “questão social”. Além disso, o aparecimento de *softwares* que emulam regressões econométricas também contribuiu para a difusão dos estudos quantitativos da “questão social”. Os estudos econômicos recentes do social-liberalismo fazem amplo uso (e abuso) destes referenciais quantitativos. Seus trabalhos são fartamente ilustrados com referenciais numéricos e estatísticos, sempre baseados em bancos de dados oficiais do IBGE, como a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) e a PNAD.

co construído à imagem e semelhança do social-liberalismo na problemática da “questão social”.

No Brasil, o *Consenso Social-liberal*¹² gira em torno de três proposições políticas e analíticas: (1) o crescimento econômico, por si próprio, não trará a redução das desigualdades, o que traz a necessidade de políticas públicas específicas e direcionadas para este problema; (2) os gastos sociais não são baixos, pelo contrário: deveríamos torná-los mais eficientes, melhorando a alocação de recursos com sua focalização nos estratos sociais miseráveis; (3) propostas de desenvolvimento baseadas no investimento no “capital humano”, reformas tributárias, previdenciárias e trabalhistas e ampliação do microcrédito.

O Consenso Social-Liberal é resultado de uma disputa ideológica intensa na qual os setores dominantes usam recursos de toda sorte para impô-lo a seus adversários. Aqui no Brasil, os social-liberais adotam um tom polêmico nos seus ataques retóricos aos teóricos que reivindicam uma abordagem totalizante da “questão social”. Nas suas próprias palavras, “*pelo prisma de um projeto de desenvolvimento mais integral, este despertar dos mortos-vivos é alarmante (...)*” (IETS, 2001, pp.29-30).

Toda uma larga tradição do pensamento social brasileiro, que remonta aos textos clássicos de Caio Prado, Celso Furtado, Chico de Oliveira, Florestan Fernandes, Josué de Castro, Milton Santos, Octavio Ianni, dentre tantos outros, é desqualificada por parte dos social-liberais. Assim, as teorias sociais totalizantes são descartadas do debate frente a um novo consenso acerca da natureza da “questão social” – reduzida ao pauperismo – e do seu enfrentamento – via as políticas sociais assistencialistas, o empoderamento dos indivíduos e a distribuição eqüitativa do ativo ‘educação’.

¹² Aqui na América Latina, Jorge Castañeda e Roberto Mangabeira Unger (hoje, não por acaso, ministro do governo Lula) escreveram o documento *Consenso de Buenos Aires* – assinado por diversos presidentes da região, como Ricardo Lagos, Vicente Fox, Fernando de la Rúa –, uma tentativa de sumariar as teses do social-liberalismo (ajuste fiscal, desenvolvimento econômico, justiça social, etc.) (SADDER, 2003). No plano global, José Paulo Netto (2007, p.154) sinaliza que a Declaração do Milênio (Pnud/ONU) obtém um consenso planetário em torno de medidas de combate às expressões mais dramáticas da “questão social”, como fome, miséria, analfabetismo, doenças infecto-contagiosas etc.

Os estudos produzidos nos *think-tanks*, departamentos universitários e centros de pesquisa estatal ligados ao social-liberalismo privilegiam o empírico em relação às elaborações teóricas sistêmicas que buscam as causas da “questão social” nas estruturas nacionais e internacionais do capitalismo. Maria Lucia Werneck Vianna argumenta que as ciências sociais atuais padecem de um consenso daquilo que ela chama de “ciência-fotografia”. Os cientistas sociais, diz Vianna, de modo geral – em detrimento de uma elaboração teórica consistente e de explicações macro-estruturais –, privilegiam descrições empiricistas da realidade, como se esta fosse acessível somente a partir da sua simples observação.

É meritório e útil, sem dúvida, o esforço investigativo da ciência social que se pratica hoje no Brasil com vistas a subsidiar o debate em torno do palpitante tema do enfrentamento da questão social. É, porém, insuficiente. Pois, a despeito de tornar a realidade mais visível, porque quantificada e mensurada, bem como as políticas destinadas a operar sobre ela passíveis de avaliação a partir de instrumentos precisos, destitui de validade e importância as grandes interpretações (tentativas e controversas, por suposto). As ardorosas polêmicas acerca dos fundamentos e da capacidade explicativa de teorias rivais esmoreceram (VIANNA, 2007, p.2).

Na visão do social-liberalismo, o pauperismo não deve ser atribuído à dinâmica da acumulação capitalista e a inserção subordinada do Brasil no mercado mundial – como fazem as pesquisas baseadas na perspectiva da totalidade –, mas sim às falhas de mercado e a não-dotação de certos ativos por parte dos pobres. Como afirma Ianni (1996, p.91), “é curioso observar que essas análises não estabelecem uma relação evidente, mas incômoda: que a prosperidade do capital e a força do Estado estão enraizadas na exploração dos trabalhadores do campo e da cidade”. A solução para a “questão social”, portanto, não passa por medidas que operem uma macro-transformação estrutural, mas deve sempre recorrer a expedientes de natureza burocrática e administrativa (DUAYER e MEDEIROS, 2003), evidenciando o alcance minimalista das políticas social-liberais frente a uma questão social maximizada (NETTO, 2007, p.160). Como salientam os social-liberais, o fim da “ques-

ção social” é uma questão de pequenos detalhes, de um “choque de gestão” – em uma palavra, de reformas microeconômicas. Sobre o fundamental, o silêncio, ou o ataque aos seus adversários ideológicos¹³.

Os ideólogos do *Consenso Social-liberal* reverenciam os estudos descritivos da pobreza, retratada pelos índices de distribuição pessoal da renda e definida como falta de certos dotes financeiros. Suas pesquisas e análises enfatizam o aspecto econômico da pobreza, qual seja, o de insuficiência de renda. Primeiro quantifica-se a renda *per capita* da família, para depois compará-la com o nível mínimo necessário para satisfação das necessidades básicas da família. Caso a família ganhe menos do que o estipulado pela linha da pobreza, seus membros são considerados pobres ou indigentes, logo poderão ser cadastrados nos bancos de dados da pobreza oficial.

A natureza da “questão social” não é redutível somente à pobreza, unilateralmente definida por critérios econômicos. As raízes da “questão social” devem ser procuradas nas desigualdades geradas e perpetradas pela exploração do trabalho assalariado pelo capital, sob pena de uma análise superficial do pauperismo. Esta exploração, por sua vez, pressupõe uma espécie de desigualdade originária: quando da expropriação violenta dos meios de produção dos trabalhadores, restou aos trabalhadores a posse da sua força de trabalho, enquanto os capitalistas acumularam meios de produção e altas somas de dinheiro, capazes de comprar aquela força de trabalho abundantemente ofertada nos mercados.

A propriedade desta ou daquela mercadoria, afirma a teoria marxista das classes sociais, condiciona a inserção dos cidadãos no processo de produção: enquanto os proprietários dos meios de produção inserem-se de forma dominante no reino da produção – e portanto tornando-se detentores de largas somas da riqueza gerada –, os proprietários da força de trabalho inserem-se de forma subalternizada, sendo obrigados a vender

sua mercadoria por valores beirando o mínimo para a sua subsistência.

Entendida a “questão social” por esta perspectiva, conferindo-se centralidade à categoria exploração e ao estudo das desigualdades a partir dos seus elementos mais recônditos (como a condição assalariada e alienada dos trabalhadores), o pauperismo – absoluto e relativo –, então, é visto como resultado de uma gama de fatores sociais, e não pela análise reducionista do economicismo social-liberal:

Políticos: a diferenciação entre assalariados e proprietários, garantida pela existência da propriedade privada, e a capacidade de organização coletiva das classes sociais na luta pela apropriação do excedente econômico;

Econômicos: os rendimentos derivados da inserção do indivíduo na produção de bens e serviços e outras atividades econômicas;

Culturais: condição subalternizada e passiva do trabalhador frente ao capitalista, situação esta que se mantém pela criação de um imenso aparato político-ideológico legitimador das condições subjacentes à produção da riqueza. Daí a importância do social-liberalismo, expressão fiel da nova pedagogia da hegemonia que, conforme afirma Neves (2005), busca educar as classes subalternas para o consenso legitimador da ordem burguesa contemporânea.

3.2 Falhas de mercado e a refundação do Estado brasileiro

A base epistemológica do social-liberalismo brasileiro, indubitavelmente, é a economia ortodoxa do *mainstream*. Suas principais formulações trazem a marca da escola neoclássica, que, nas suas vertentes mais ortodoxas, defende os princípios da livre concorrência, da livre circulação das informações e da perfectibilidade do mercado, inclusive na promoção do bem-estar social.

Os social-liberais nacionais, todavia, desenvolvem uma agenda de pesquisa alternativa dentro do *mainstream* econômico, que aponta a existência de falhas de mercado e de assimetria

¹³ “O importante, porém, é reconhecer que residem nestes ‘detalhes’ os principais freios ao crescimento econômico, com justiça social, no Brasil; não em formulações usualmente fantasiosas e vazias sobre supostas falhas fundamentais do modelo econômico” (IETS, 2001, p.41).

de informações¹⁴. Segundo seus ideólogos, “não se parte, de fato, da hipótese de que os mercados funcionam naturalmente, mas se procura, de diferentes maneiras, fazer com que funcionem do melhor modo possível” (IETS, 2001, p.38). O mercado, deixado ao sabor das intenções individuais virtualmente coordenadas por uma mão invisível, não é capaz de resolver problemas como a poluição ambiental, o desemprego, a pobreza e as desigualdades sociais.

No plano intelectual, a estratégia neoliberal, diante das pressões sociais e políticas emanadas dos movimentos globais anti-sistêmicos e da própria deterioração da reprodução material de largas parcelas da humanidade, sofre uma inflexão nos seus próprios termos. Admite-se que os mecanismos mercantis de distribuição das mercadorias produzidas não são totalmente eficientes e falhas podem ocorrer, ocasionando a má distribuição de renda e pobreza absoluta. O Estado, então, é chamado tão somente para intervir nesses casos pontuais.

As críticas dos social-liberais a possíveis e episódicas falhas do mercado não são radicais, pois não se coloca em tela os próprios fundamentos das atividades mercantis, como a propriedade privada das mercadorias. E mais: ao se falar de mercado, mascara-se que a atual organização societal não se baseia estritamente nas relações mercantis, mas sim nas relações capitalistas. Segundo Marx, o modo de produção capitalista é, sem dúvida, marcado pela generalização irrestrita das relações mercantis em todos os âmbitos da vida social. A generalização, entretanto, é determinante quando alcança o ser humano e o transforma em uma mercadoria muito particular, a força de trabalho. Transacionada no mercado de trabalho, a força de trabalho é comprada pelos capitalistas pois é a única mercadoria que possui a capacidade de criar valores acima daqueles necessários à sua reprodução, gerando, portanto, um valor excedente, ou uma mais-valia. Assim, Marx explica a acumulação capitalista não pelas trocas mercantis, mas sim pela exploração da força de trabalho no reino

oculto da produção.

Ao reduzirem a sociedade capitalista a uma sociedade mercantil, os social-liberais acabam por mascarar e mistificar as bases sociais e políticas do atual modo de produção. Os direitos de propriedade privada dos meios de produção, o assalariamento dos trabalhadores e o caráter classista do Estado, para citarmos alguns aspectos estruturais do capitalismo, não são analisados segundo o enfoque do social-liberalismo. Pelo contrário, são reafirmados a todo o instante. Ou seja, a solução da “questão social” não passa pela supressão do modo de produção capitalista e da exploração do trabalho assalariado, mas sim pelo seu aprofundamento: “Parodiando Mário Covas, é preciso um choque de capitalismo nos pobres brasileiros (...)” (NERI, 2005, p.333).

Para promover este choque de capitalismo nos pobres brasileiros, defendem a tese da refundação do Estado. Como visto, os social-liberais advertem que o Estado deve ter um papel atuante e ativo nas falhas de mercado, principalmente no tocante às desigualdades sociais. Mas estas funções não serão bem desempenhadas caso o Estado mantenha o seu atual desenho institucional, ou continue a manter nos seus círculos restritos de poder uma elite patrimonialista.

Estado brasileiro, desde os seus primórdios, seria sustentado por uma aliança entre ricos e a classe média. Esta elite operaria “socialmente como aliados para garantir acesso privilegiado aos recursos e bens públicos, em detrimento dos pobres e miseráveis” (IETS, 2001, p.5). Torna-se, portanto, necessária uma profunda reforma administrativa estatal, com o objetivo de adaptá-lo às suas novas funções de regulação econômica e atuação nas falhas de mercado. E esta reforma só será possível quando romper-se aquela aliança entre ricos e a classe média.

Os social-liberais nos fornecem alguns exemplos da manutenção de privilégios seculares do Estado brasileiro, inclusive das políticas sociais. O primeiro exemplo, repetido à exaustão na grande mídia, é o sistema previdenciário que, segundo seus oponentes, direciona grande parte dos recursos da União para seletas categorias profissionais, em especial os servidores públicos. Outro exemplo recorrente na sua argumentação é a Universidade Pública, instituição na qual in-

¹⁴ Os laureados pelo Prêmio Nobel de Economia, Amartya Sen e Joseph Stiglitz, são importantes referências teóricas do social-liberalismo brasileiro no que diz respeito, respectivamente, às teses da promoção da justiça social e das falhas de mercado.

gressariam, basicamente, membros da elite. O Estado, desta forma, dado o orçamento restrito, deveria destinar seus recursos escassos para o financiamento da educação básica, que atenderia com qualidade os pobres. Nem mesmo o seguro pago pelo Estado aos desempregados escapa. A avaliação dos social-liberais é taxativa quanto ao seguro-desemprego: “este é um exemplo contundente que mostra como a sociedade e as instituições brasileiras legitimam e cristalizam a desigualdade” (IETS, 2001, p.24).

Os três exemplos citados são ilustrativos de como o social-liberalismo tupiniquim identifica e pretende tratar das fontes das nossas desigualdades sociais. Vimos anteriormente que, na sua avaliação, o Estado tornou-se refém de uma aliança entre ricos e a classe média para a perpetuação das desigualdades seculares do nosso país. Todos os exemplos, todavia, dizem respeito a políticas sociais públicas direcionadas aos setores médios e da classe trabalhadora. Nenhum deles fala sobre as políticas direcionadas aos efetivamente ricos, como o setor rentista da burguesia. Este é o caso preciso da política econômica.

O combate à pobreza não passaria, segundo suas opiniões, em alterações substantivas da contra-revolução burguesa operada desde FHC e aprofundada por Lula. Abertamente, assumem uma defesa ampla e irrestrita das contra-reformas estruturais (privatizações, quebra dos monopólios estatais etc.), da política econômica dos governos FHC e Lula e das novas configurações das políticas sociais que marcam a era neoliberal no Brasil.

a estabilidade macroeconômica, (...), conquistada a duras penas ao longo dos últimos anos, é um bem público fundamental. Sua preservação é necessária para qualquer projeto de país, sobretudo se o foco das preocupações está na geração de uma sociedade mais justa do ponto de vista distributivo (...). Todas as críticas que imputam a este governo [FHC] uma preocupação ‘exagerada’ com a estabilidade econômica, portanto, são infundadas, quando não espúrias, ou até mesmo mal-intencionadas (IETS, 2001, p.30).

Segundo suas concepções, não haveria uma relação direta entre as políticas sociais do Estado brasileiro e a política econômica. Afirmam que há, “hoje, no Brasil, uma grande independência entre

as políticas social e econômica. De fato, a política social não deve representar uma pressão orçamentária, uma vez que o grande desafio não é a sua expansão, mas sim buscar utilizar, de forma mais efetiva, os recursos de que já dispõe” (BARROS e CARVALHO, 2003, p.15).

Desta afirmação, pode-se supor que não existe conflito de interesses entre a política fiscal de *superávit* primário, cada vez maior para pagamentos dos juros das dívidas interna e externa, e o montante cada vez menor de recursos das políticas sociais. Em outros termos, o pagamento dos juros das dívidas externa e interna às oligarquias financeiras – *por nós entendido como o maior programa de transferência de renda do país, quase vinte vezes maior do que o Bolsa Família*¹⁵ – ficariam intocados. Tanto a política econômica como as políticas sociais ganham um ar de neutralidade tecnocrática, como se não fossem produto das tensões advindas das lutas de classes em torno da direção política dos aparelhos estatais e da repartição da mais-valia entre as classes nacionais e internacionais.

A descoberta dos pobres e a proposta de refundação do Estado seria a novidade do social-liberalismo tupiniquim. Afirmam os social-liberais que “reduzir a desigualdade de forma significativa e sustentável é um desafio inédito e extremamente difícil para a sociedade brasileira” (URANI, 2002). Comportam-se como verdadeiros paladinos dos pobres, larga parcela da população que supostamente nunca contou com voz e vez na política do país. Chegou, portanto, a hora da opção pelos pobres. “São esses, portanto, os pobres invisíveis, que precisam ser trazidos à luz e impostos à consciência moral da Nação. São o coração do projeto de desenvolvimento proposto neste documento” (IETS, 2001, p.5).

Apesar do discurso pró-pobre, os ideólogos nacionais do social-liberalismo apostam no consenso político entre classes e grupos sociais como solução para os problemas do país. No plano político, os social-liberais entendem que a viabilidade

¹⁵ Segundo dados oficiais do Ministério do Desenvolvimento Social, o programa Bolsa Família consumiu R\$ 8,7 bilhões em 2007. De acordo com o Banco Central do Brasil, o pagamento de juros nominais alcançou em 2006 a soma de R\$ 160 bilhões, o que equivalente a 6,89% do PIB.

da nova configuração do Estado, um ente político-administrativo capacitado a promover intervenções criteriosas e eficientes nas falhas de mercado, deve ser produto de um consenso entre todos os atores sociais da cena política nacional. Conclamam, inclusive, que os partidos políticos abandonem a competição de projetos políticos díspares para o país e adotem a cooperação como prática corrente (IETS, 2001, p.52). Todos – independentemente de posicionamentos ideológicos e programáticos das suas organizações coletivas –, devem se congregar diante um esforço nacional de combate à pobreza e às desigualdades seculares. Proferem, inclusive, apelos às elites, àquelas anteriormente criticadas como uma elite patrimonialista que assalta os cofres públicos.

Diante dos erros e falhas do Consenso de Washington, os social-liberais conclamam para uma concertação social, reunindo lideranças de todos os segmentos que abrem mão de representar os interesses particulares das suas bases sociais em prol da vontade geral da nação. Estamos diante de um apelo indiscriminado a todos os setores da sociedade brasileira, como se esta fosse uma sociedade homogênea, integrada e harmônica, e não uma sociedade perpassada, de cima a baixo, por desigualdades, contradições e interesses antagônicos. A política é esvaziada de todo o seu vigor e potencialidade de uma ação humana idealizada e orientada para macro-transformações sociais, e passa a operar no plano daquilo que Gramsci chamou de pequena política, restrita a questões burocráticas, de conchavos de gabinetes e artimanhas parlamentares.

A neutralização da grande política opera em favor das classes dominantes, pois, no nosso entender, somente a práxis da grande política conduzida pelas classes subalternas na promoção da emancipação social seria capaz de aumentar os gastos públicos para colocar fim à nossa dívida social – estimada por Marcio Pochmann em R\$ 7,2 trilhões –, e promover mudanças macroestruturais nas nossas estruturas subdesenvolvidas.

Referências

- BARROS, Ricardo Paes de e CARVALHO, Mirela de. **Desafios para a política social brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA, 2003. (Texto para discussão n. 985)
- BARROS, Ricardo Paes de, HENRIQUES, Ricardo e MENDONÇA, Rosane. Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil. In: **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Ricardo Henriques (org.). Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p.405-423.
- _____. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. (Texto para discussão n.800)
- BRAGA, Ruy e BIANCHI, Álvaro. **O social-liberalismo chega aos trópicos**. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/08/261787.shtml>. Acesso em: 19 de novembro de 2006.
- CARLI, Ranieri. O conceito de ideologia no último Lukács. In: **Novos Rumos**, ano 22, nº47. São Paulo: Instituto Astrojildo Pereira; Instituto de Pesquisas e Projetos Sociais e Tecnológicos, 2007. p.40-52.
- DUAYER, Mario; MEDEIROS, João Leonardo. Miséria brasileira e macrofilantropia: psicografando Marx. In: **Revista de Economia Contemporânea**, n.7, jul./dez. p.237-262, 2003.
- FERREIRA, Francisco. Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional? In: **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Ricardo Henriques (org.). Rio de Janeiro: IPEA, 2000, p.131-158.
- FIORI, José Luís. Da dependência ao social-liberalismo: a bússola de Fernando Henrique Cardoso. In: _____. **Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado**. Rio de Janeiro: Insight, 1995. p.231-245.
- IAMAMOTO, Marilda. A questão social no capitalismo. In: **Praia Vermelha: estudos de política e teoria social**, nº8, primeiro semestre. Rio de Janeiro: UFRJ, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2003. p.56-83.
- IANNI, Octavio. **A idéia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- IETS. **Desenvolvimento com justiça social: esboço de uma agenda integrada para o Brasil**. Rio de Janeiro, 2001. (Policy Paper n.1)
- LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- LUKÁCS, Georg. Marx e o problema da decadência ideológica. In: **Marxismo e Teoria da Literatura**. Georg Lukács (seleção e tradução de Carlos Nelson

Coutinho). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p.49-111.

MARX, Karl. **O Capital, crítica da economia política**. 21.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v.1, n.1-Karl Marx

NERI, Marcelo. Desigualdade e desenvolvimento. In: **Brasil em Desenvolvimento**, n.2: instituições, políticas e sociedade. Ana Célia Castro *et. al.* (orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.317-333.

NETTO, José Paulo. Desigualdade, pobreza e serviço social. In: **Em Pauta**, n.19. Rio de Janeiro: UERJ, Faculdade de Serviço Social, 2007. p.135-170.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.) **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

SADER, Emir. **Lula e o funeral da terceira via**. Disponível em: <http://alainet.org/docs/4014.html>. Acesso em: 12 de Janeiro de 2008.

URANI, André. **Ciência, consciência e paciência**. Disponível em: <http://www.desigualdade.inf.br/textos/urani.htm>. Acesso em: 21 de agosto de 2006.

VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. **Hiper-realidade ou hipoteoria? A reflexão dos cientistas sociais sobre política social no Brasil de hoje**. Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci>. Acesso em: 25 de agosto de 2007.